

## Núcleo Regional Sul de Minas articula resistência contra a PEC 32/20



Como parte das atividades locais/regionais de mobilização que vão culminar no Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público, nos dias 29 e 30 de julho, no último dia 15/07, a Coordenação do Núcleo Regional Sul de Minas realizou uma reunião com representantes de entidades de servidores públicos das principais cidades da região como Alfenas, Caxambu, Machado, Lavras, Itajubá, Três Corações, Três Pontas, Guaxupé, Passos, São Sebastião do Paraíso, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Varginha, Machado e Extrema, dentre outras, para organizar ações de resistência contra a PEC 32/20 – da reforma administrativa, proposta pelo governo federal.

A reunião contou ainda com a participação da diretora da Condsef/Fenadsef, Jussara Griffo, além do economista da seção do Dieese, no Distrito Federal, Max Leno, que falou sobre os prejuízos da PEC 32/20 não somente para os servidores públicos como para toda a população caso a reforma administrativa seja aprovada.

Durante a reunião foram debatidas estratégias de lutas contra a PEC 32/20 como atividades conjuntas com outras entidades representativas de servidores públicos da região, além da realização de audiências públicas nas principais cidades do sul de Minas e participação de representantes sindicais municipais na Plenária Estadual contra a PEC-32 entre os 19 a 25/07 e da mobilização nacional do dia 24/07, dia nacional de mobilização pelo 'Fora, Bolsonaro', contra a fome, a miséria, o desemprego e as privatizações, a reforma Administrativa, pelo auxílio emergencial de R\$ 600 até o fim da pandemia e pela agenda legislativa dos trabalhadores que está no Congresso Nacional, além de vacinação já para todos.

### Contra a reforma administrativa, servidores cogitam parar em agosto

Servidores públicos em todo o Brasil cogitam a realização de uma greve geral contra a reforma administrativa do governo Bolsonaro. Nas próximas semanas, as organizações devem definir a data para um dia nacional de paralisação contra o projeto. Para os representantes dos servidores, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, em tramitação no Congresso Nacional, representa o fim da prestação de serviços, como saúde e educação, pelo Estado brasileiro.

Para o diretor da CUT e da Condsef/Fenadsef, Pedro Armengol, o objetivo da proposta de reforma administrativa é retirar os mais pobres do Orçamento. "Compromete a universalização e equidade na prestação dos serviços públicos. E praticamente destrói a perspectiva de um estado social prestador de serviço".

Além disso, a reforma administrativa pretende pôr fim à estabilidade dos servidores e ampliar a possibilidade de nomear funcionários comissionados, facilitando esquemas ilegais no serviço público. Trata-se de mais uma contradição do governo Bolsonaro, que se elegeu empunhando a bandeira do suposto combate à corrupção.

### **Encontro Nacional**

Nos dias 29 e 30 de julho será realizado o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público Municipal, Estadual e Federal, que vai discutir estratégias e organizar uma mobilização nacional para derrotar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa.

### **Servidores devem se unir contra privatizações e a PEC 32 da reforma administrativa**

Enquanto outros países do mundo estão revendo as suas privatizações, o governo Bolsonaro continua com a sua fúria privatista. E não importa se as empresas a serem privatizadas dão lucros aos cofres públicos e prestam serviços de qualidade à população. O que importa é vender as grandes empresas para que a iniciativa privada possa obter altos ganhos com os serviços. É com esse objetivo que age o governo Bolsonaro quando defende a privatização da Eletrobras e, agora, dos Correios. Outras, empresas como a Ceasaminas também estão na mira do governo.

### **Correios**

Ficou para agosto, a votação do Projeto de Lei 591/21, de autoria do governo, que permite a privatização dos Correios. Mesmo prestando tantos serviços fundamentais à população de diversas regiões do país, incluindo aí zonas de periferia e as cidades mais distantes das capitais brasileiras, os Correios obteve um lucro de R\$ 988 milhões em 2020. A empresa não registra prejuízo desde 2016 e desde então, acumula lucro líquido superior a R\$ 2 bilhões.

Com a privatização, uma grande parcela da população pode ficar descoberta dos serviços postais. Isso porque uma empresa privada visa apenas ao lucro e, hoje, os Correios cobrem muitas regiões que não trariam "retorno financeiro" para o setor privado. Ou seja, quem sofrerá com a privatização será a população mais pobre, das periferias ou quem reside nas pequenas cidades. Importante lembrarmos que, além da entrega postal, os Correios prestam diversos serviços sociais, como a entrega de livros didáticos, a distribuição de remédios e socorro em caso de calamidades. Todos esses serviços estarão ameaçados pela privatização.

A privatização também trará a demissão de milhares de trabalhadores. Hoje, a empresa conta com 99 mil trabalhadores. Com a aprovação do Projeto de Lei 591, os Correios deverão realizar novo plano de demissão consensual (PDC). É isso que a Eletrobras está fazendo. A ideia é demitir os trabalhadores em massa para que os compradores das empresas públicas, ao assumirem o comando, possam contratar pessoas com salários mais baixos e sem direitos trabalhistas, aprofundando o processo de terceirização e precarização do mundo do trabalho no Brasil.

Esse processo de privatização, junto com a reforma Administrativa, visa o desmonte do setor público brasileiro para abrir espaço às empresas privadas e estrangeiras. Ontem foi a Petrobras e Eletrobras, hoje os Correios, a Ceasaminas. Por isso, devemos nos unir contra esse retrocesso.

### **Ceasaminas**

Com as condições de desestatização aprovadas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) do governo federal no final de abril de 2021, a Ceasaminas já está com leilão programado para novembro deste ano. Não bastasse, o valor de venda não chega a 10% do preço real da empresa. Ou seja, a Ceasaminas não está sendo vendida, mas "dada de bandeja" para a iniciativa privada.

A Ceasaminas também tem uma importância estratégica uma vez que organiza e regula a distribuição de alimentos pelo Estado. Só o Mercado Livre dos Produtores (MLP) reúne mais de quatro mil produtores rurais, dos quais cerca de 50% são agricultores familiares.

Vale lembrar que no projeto inicial foi encomendado um estudo para privatizar também a Ceagesp, equivalente à Ceasaminas no estado de São Paulo. Tal privatização, porém, foi descartada frente a importância estratégica da empresa paulista. Como se chegou à conclusão de que a Ceagesp não pode ser vendida, mas a Ceasaminas pode? A privatização da Ceasaminas vai trazer impactos negativos não só para Minas Gerais, mas também para todo o Brasil.

### **Projeto**

Está em tramitação na Câmara dos Deputados um Projeto de Decreto Legislativo que objetiva impedir a privatização da Ceasaminas. A proposta já tem parecer favorável aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e aguarda votação de parecer na Comissão de Constituição e Justiça.

Segundo o deputado federal Rogério Correia, há condições na Câmara de aprovar o texto, já que muitos parlamentares que, historicamente, apoiam privatizações não são favoráveis nesse caso por terem ligações com o agronegócio.

Não podemos permitir que o governo venda nossas estatais a preço de banana. É por isso que precisamos pressionar os parlamentares contra as privatizações e também contra a aprovação da reforma Administrativa.

### **Portaria do governo Bolsonaro ataca aposentadoria do servidor público**

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) apresentou nesta quinta-feira (15) um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para sustar portaria do governo Bolsonaro que tem como objetivo acabar com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos.

O PDL visa sustar a Portaria nº 8.374, de 09 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para a centralização da concessão e manutenção de aposentadorias e de pensões das autarquias e fundações públicas federais pelo INSS. Importante ressaltar que a Constituição brasileira é absolutamente clara ao determinar que haja um único órgão gestor da previdência dos três Poderes.

A portaria busca consolidar outra medida inconstitucional expressa no Decreto 10.620, de 08 de fevereiro de 2021, remetendo todos os servidores de autarquias e fundações federais para terem a concessão e a manutenção de duas aposentadorias e pensões para a gestão do INSS, deixando apenas os servidores dos ministérios sob a gestão do órgão central de pessoal no Ministério da Economia.

Alice destaca que estabelecer dois órgãos gestores para o RPPS dos servidores públicos federais (SIPEC e INSS) e o fazer por decreto e portaria, representa uma flagrante inconstitucionalidade que afronta o disposto no §22, do art. 40, da Constituição Federal.

“O objetivo tanto do decreto quanto da portaria é avançar na direção do fim do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, levando inicialmente os servidores de autarquias e fundações. Uma consequência, também grave, é que essa proposta tornará deficitário e totalmente inviável o RPPS, facilitando e agilizando a entrega para a privatização do que restar”, explica Alice, que é uma das coordenadoras da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público.

A parlamentar acrescenta também que as mudanças pretendidas pelo decreto e pela portaria trazem ainda uma afronta à autonomia das autarquias e fundações, assegurada tanto por força de norma constitucional (artigo 207 da Constituição Federal, que versa sobre as universidades), quanto por força de norma infraconstitucional (ilustrativamente, a assegurada pela Lei nº 11.892/2008 aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia).

Quer saber mais sobre os riscos das privatizações em Minas Gerais e no Brasil? Está indignada(o) com a privatização da Eletrobras e a ameaça aos Correios? Participe do Encontro de Formação "Multiplicando a luta contra as privatizações" no dia 17/07 às 14h. O encontro faz parte da campanha "As estatais são nossas" construída pela Frente Brasil Popular, sindicatos e organizações sociais. Se inscreva e participe: <https://bit.ly/3xHDQht>. Saiba mais em: [https://www.instagram.com/p/CRSCE7ZrbMr/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CRSCE7ZrbMr/?utm_medium=copy_link).